

Coleção CONPEDI/UNICURITIBA

VOL. 10

Organizadores

PROF. DR. ORIDES MEZZAROBA
PROF. DR. RAYMUNDO JULIANO REGO FEITOSA
PROF. DR. VLADMIR OLIVEIRA DA SILVEIRA
PROF^a. DR^a. VIVIANE COELHO DE SÉLLOS-KNOERR

Coordenadores

PROF. DR. ROBERTO CORREIA DA SILCA GOMES CALDAS
PROF. DR. DANIEL FERREIRA
PROF^a. DR^a. MARIA LÍRIDA CALOU DE ARAÚJO E MENDONÇA

DIREITO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

2014 | Curitiba





Nossos Contatos

São Paulo

Rua José Bonifácio, n. 209,
cj. 603, Centro, São Paulo – SP
CEP: 01.003-001

Acesse: www.editoraclassica.com.br

Redes Sociais

Facebook:

<http://www.facebook.com/EditoraClassica>

Twitter:

<https://twitter.com/EditoraClassica>

EDITORA CLÁSSICA

Conselho Editorial

Allessandra Neves Ferreira
Alexandre Walmott Borges
Daniel Ferreira
Elizabeth Accioly
Everton Gonçalves
Fernando Knoerr
Francisco Cardozo de Oliveira
Francisval Mendes
Ilton Garcia da Costa
Ivan Motta
Ivo Dantas
Jonathan Barros Vita
José Edmilson Lima
Juliana Cristina Busnardo de Araujo
Lafayette Pozzoli
Leonardo Rabelo
Lívia Gaigher Bósio Campello
Lucimeiry Galvão

Equipe Editorial

Editora Responsável: Verônica Gottgroy

Capa: Editora Clássica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

D597

Direito e administração pública
Coleção Conpedi/Unicuritiba.

Organizadores : Orides Mezzaroba / Raymundo Juliano
Rego Feitosa / Vladimir Oliveira da Silveira
/ Viviane Coêlho Séllos-Knoerr.

Coordenadores : Roberto Correia da Silca Gomes
Caldas / Daniel Ferreira / Maria Lírida Calou de Araújo
e Mendonça.

Título independente - Curitiba - PR . : vol.10 - 1ª ed.

Clássica Editora, 2014.

563p. :

ISBN 978-85-99651-98-8

1. Direito administrativo.

I. Título.

CDD 341.31

XXII ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI/ UNICURITIBA
Centro Universitário Curitiba / Curitiba – PR

MEMBROS DA DIRETORIA

Vladmir Oliveira da Silveira

Presidente

Cesar Augusto de Castro Fiuza

Vice-Presidente

Aires José Rover

Secretário Executivo

Gina Vidal Marcílio Pompeu

Secretário-Adjunto

Conselho Fiscal

Valesca Borges Raizer Moschen

Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa

João Marcelo Assafim

Antonio Carlos Diniz Murta (suplente)

Felipe Chiarello de Souza Pinto (suplente)

Representante Discente

Ilton Norberto Robl Filho (titular)

Pablo Malheiros da Cunha Frota (suplente)

Colaboradores

Elisangela Pruencio

Graduanda em Administração - Faculdade Decisão

Maria Eduarda Basilio de Araujo Oliveira

Graduada em Administração - UFSC

Rafaela Goulart de Andrade

Graduanda em Ciências da Computação – UFSC

Diagramador

Marcus Souza Rodrigues

APRESENTAÇÃO	15
A DESAPROPRIAÇÃO-SANÇÃO EM NOME DA POLÍTICA URBANA DO ART. 182, § 4º, INC. III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E O DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR (Eduardo Ramos Caron Tesserolli)	22
INTRODUÇÃO	23
AS DESAPROPRIAÇÕES. ANÁLISE A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	24
DESAPROPRIAÇÃO DO ART. 182, § 4º, INC. III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA URBANA	26
O REGIME JURÍDICO SANCIONADOR E A DESAPROPRIAÇÃO-SANÇÃO	29
A DESAPROPRIAÇÃO-SANÇÃO NA JURISPRUDÊNCIA DO STF	39
CONCLUSÃO	41
REFERÊNCIAS	43
A PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA COMO INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DAS CIDADES: A REVITALIZAÇÃO DA REGIÃO PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO (Antonio Renato Cardoso da Cunha)	45
INTRODUÇÃO	46
ASPECTOS EVOLUTIVOS DA REGIÃO PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO	47
AS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS (PPP) E SUAS ESPÉCIES	48
O PROJETO RIO PORTO MARAVILHA	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	58
A PERDA DO DIREITO DE PRIORIDADE NO DIREITO MINERÁRIO: ESTUDO SOBRE A CADUCIDADE DETERMINADA PELO ART. 43 DO ATO CONSTITUCIONAL DE DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E PELO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DISPOSTAS NO CÓDIGO MINERÁRIO (Pilar de Souza e Paula Coutinho Elói e Luiz Antônio Caldeira Falci)	60
INTRODUÇÃO	61
O SISTEMA DE EXTRAÇÃO MINERAL NO BRASIL	63
DO DIREITO DE PRIORIDADE	64
DA CADUCIDADE DOS DIREITOS MINERARIOS. UMA HIPÓTESE EX TUNC OU EX NUNC DE PERDA DO DIREITO DE PRIORIDADE?	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75

BIBLIOGRAFIA	77
A PERDA DO OBJETO EM MANDADO DE SEGURANÇA DECORRENTE DE ADJUDICAÇÃO EM LICITAÇÕES (Hélio João Pepe de Moraes e Ricardo Carneiro Neves Júnior)	78
INTRODUÇÃO	79
CONTORNOS GERAIS DO MANDANDO DE SEGURANÇA	81
O OBJETO NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL	84
O OBJETO NO MANDADO DE SEGURANÇA DERIVADO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	87
CONFRONTO ENTRE OS DOIS PARADIGMAS TEMÁTICOS DO STJ – A AUSÊNCIA DE PERDA DE OBJETO	91
CONCLUSÃO	96
REFERÊNCIAS	98
A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE COMO UM PODER-DEVER DO ESTADO E O CONTROLE JUDICIAL DOS ATOS ADMINISTRATIVOS DISCRICIONÁRIOS À LUZ DO ESTADO DE DIREITO SOCIOAMBIENTAL (Karlla Maria Martini e José Edmilson de Souza-Lima)	100
INTRODUÇÃO	101
O CONTEXTO DE CRISE SOCIOAMBIENTAL	102
O ARTIGO 225 DA CONSTITUIÇÃO E A OBRIGAÇÃO DO PODER PÚBLICO E DA COLETIVIDADE NA DEFESA E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	104
A DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA E TÉCNICA	107
DISCRICIONARIEDADE EM MATÉRIA AMBIENTAL E A NECESSIDADE DE CONTROLE JUDICIAL	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS	120
ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE POLÍTICA NO ÂMBITO DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA (Alexandre Sanson e Michelle Asato Junqueira)	123
INTRODUÇÃO	124
ANÁLISE DA TEORIA DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA	125
CONSIDERAÇÕES ACERCA DA RESPONSABILIDADE	136
CONCLUSÕES	147
REFERÊNCIAS	149
ARBITRAGEM E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A INAPLICABILIDADE DA LEI N. 8.666/93 (Laura Mendes Amando de Barros)	153
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	154
NATUREZA JURÍDICA DA ARBITRAGEM	157

ARBITRAGEM E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	160
CAMPO DE INCIDÊNCIA DA LEI 8.666/93	165
CONCLUSÕES	171
REFERÊNCIAS	173
AS ESPECIFICIDADES DA PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA COMO UM DOS MECANISMOS DE GARANTIA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO SOB A OTÍCA DO ESTADO GERENCIAL (Gustavo Matos de Figueirôa Fernandes)	176
INTRODUÇÃO	177
ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO - CONCEITO E EVOLUÇÃO	179
ESTADO GERENCIAL - CONCEITO E EVOLUÇÃO	181
PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADA	186
CONCLUSÃO	192
REFERÊNCIA	193
AS SANÇÕES DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (Roseli Borin e Alexandre Barbosa Lemes) .	196
INTRODUÇÃO	197
REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO E SUA TUTELA JURÍDICA	199
LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E SEU PRESSUPOSTO TEÓRICO	205
SANÇÕES DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	211
CONCLUSÃO	219
BIBLIOGRAFIA	220
BREVES APONTAMENTOS SOBRE A FUNÇÃO NORMATIVA DAS AGÊNCIAS REGULADORAS (Ariane Sherman Morais Vieira e Rosana Ribeiro Felisberto)	224
INTRODUÇÃO E COLOCAÇÃO DO PROBLEMA	225
PODER, FUNÇÃO OU COMPETÊNCIA NORMATIVA?	228
QUESTÕES SOBRE O FUNDAMENTO DA FUNÇÃO NORMATIVA DAS AGÊNCIAS REGULADORAS	229
PROPOSTAS PARA O EXERCÍCIO LEGÍTIMO DA FUNÇÃO NORMATIVA DAS AGÊNCIAS REGULADORAS	231
CONCLUSÃO	235
REFERÊNCIAS	238
CONTROLE JURISDICIONAL SOBRE A REALIZAÇÃO DE EXAMES E CONCURSOS PÚBLICOS NA TUTELA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS (Gabriel Barroso Fortes e Francisco Antonio Nogueira Bezerra)	240
INTRODUÇÃO	241

A SEPARAÇÃO DE PODERES E A POSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO JUDICIAL DA DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA	242
O CONTROLE JURISDICIONAL SOBRE A REALIZAÇÃO DE EXAMES PÚBLICOS	248
O CASO DO EXAME DE ORDEM (OAB)	249
A IMPUGNAÇÃO JUDICIAL E O CONTROLE JURISDICIONAL SOBRE O CERTAME	254
CONCLUSÃO	260
REFERÊNCIA	261
CONTROLE SOCIAL DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO: DEMOCRACIA, TRANSPARÊNCIA E RESPONSABILIZAÇÃO COMO FORMAS DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA (Frederico Silva Bastos)	263
INTRODUÇÃO	266
RESPONSABILIZAÇÃO NA ESTRUTURA TRADICIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ORIGENS DA RESPONSABILIZAÇÃO E OS MODELOS DE CONTROLE	266
RESPONSABILIZAÇÃO PELOS CONTROLES CLÁSSICOS: OS CONTROLES PARLAMENTARES E PROCEDIMENTAIS	269
RESPONSABILIZAÇÃO NA MODERNA GESTÃO PÚBLICA: O CONTROLE POR RESULTADOS, O CONTROLE POR COMPETIÇÃO ADMINISTRADA E O CONTROLE SOCIAL	271
CONCLUSÃO	279
BIBLIOGRAFIA	284
CORRUPÇÃO ADMINISTRATIVA: INAPLICABILIDADE DA OVERBREADTH DOCTRINE À LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (JOSÉ ANTONIO REMEDIO e VINÍCIUS PACHECO FLUMINHAN)	288
INTRODUÇÃO	289
A OVERBREADTH DOCTRINE NORTE-AMERICANA	290
A OVERBREADTH DOCTRINE E O DIREITO BRASILEIRO	294
CONCLUSÕES	303
REFERÊNCIAS	304
DO FREE TRADE AO FAIR TRADE: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA A GESTÃO SOCIAL DO COMÉRCIO EXTERIOR (Prof. Dr. Everton das Neves Gonçalves e Profa. Dra. Joana Stelzer)	306
INTRODUÇÃO	307
DO FREE TRADE AO FAIR TRADE: PERSPECTIVAS CONCEITUAIS E HISTÓRICAS	309
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO	312
PANORÂMICA SOBRE O DECRETO Nº 7.358, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2010: AVANÇOS PARA UMA POLÍTICA PÚBLICA DE COMÉRCIO EXTERIOR INCLUSORA	318
PERSPECTIVAS INTERNACIONAIS PARA INSERÇÃO BRASILEIRA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA A GESTÃO SOCIAL DO COMÉRCIO EXTERIOR	320

CONCLUSÃO	326
REFERÊNCIAS	327
ENCAMPAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO PELO DESCUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA CONCESSIONÁRIA (VALENÇA, Ana Carolina Gonçalves e VITA, Jonathan Barros)	331
INTRODUÇÃO	332
O REGIME JURÍDICO-ECONÔMICO CONSTITUCIONAL	333
A DEFINIÇÃO DO CONCEITO DE FUNÇÃO SOCIAL DAS EMPRESAS E A PROPRIEDADE PRIVADA	340
INTERVENÇÃO ESTATAL NA CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS	344
A EXTINÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO PELA ENCAMPAÇÃO: NÃO CUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL E A MOTIVAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO	354
CONCLUSÕES	358
REFERÊNCIAS	359
INSTRUMENTOS DE OUTORGA E O CONTRATO DE CONCESSÃO NO UPSTREAM BRASILEIRO: MODELOS E PROCEDIMENTOS APLICADOS NA 11ª RODADA DE LICITAÇÕES DE PETRÓLEO E GÁS (Alexandre Ricardo Machado e Edson Ricardo Saleme)	361
INTRODUÇÃO	362
REGIMES REGULATÓRIOS ADOTADOS NO BRASIL	363
ATRIBUIÇÕES DE DIREITOS NOS CONTRATOS DE UPSTREAM NO BRASIL	366
INSTRUMENTOS DE OUTORGA NO UPSTREAM NACIONAL	368
CONCLUSÕES	373
REFERÊNCIAS	375
O DIREITO À INFORMAÇÃO COMO GARANTIDOR DO CONTROLE SOCIAL DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS: UMA ANÁLISE DOS RISCOS ORIUNDOS DESSA PARTICIPAÇÃO POPULAR (Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva e Lúlian Miranda)	380
INTRODUÇÃO	382
O DIREITO À INFORMAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	385
A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NO CONTROLE DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	390
OS RISCOS DO CONTROLE SOCIAL SOBRE AS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	396
CONCLUSÃO	400
REFERÊNCIAS	402
O PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO SOBRE O PRIVADO – FUNDAMENTOS E PERSPECTIVAS (Júlio Cezar Bittencourt Silva)	405
INTRODUÇÃO	406

O PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO SOBRE O PRIVADO	406
AS ORIGENS DO PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO SOBRE O PRIVADO	414
TENDÊNCIAS ATUAIS DO PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO SOBRE O PRIVADO .	420
CONCLUSÃO	424
REFERÊNCIAS	425
OS CONSELHOS GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS E A DEMOCRACIA DELIBERATIVA: LIMITES E DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DESTE INSTITUTO DELIBERATIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Murilo Melo Vale)	428
INTRODUÇÃO	428
A CRISE DO ESTADO BUROCRÁTICO E A CONSOLIDAÇÃO DA NOVA GESTÃO PÚBLICA	430
LIMITES DO GERENCIALISMO NA GESTÃO PÚBLICA	433
AS TEORIAS DELIBERATIVAS: PARÂMETRO PARA A REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	435
OS CONSELHOS GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS A EXPERIÊNCIA MUNICIPAL BRASILEIRA	439
CONCLUSÃO	442
REFERÊNCIAS	444
POSSIBILIDADE DE REPARAÇÃO CIVIL POR DANOS DECORRENTES DE CONDUTAS OMISSIVAS DO ESTADO AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE (Clayton Reis e Okçana Yuri Bueno Rodrigues)	446
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	448
EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	449
A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NO CONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO	454
DA CONDUTA GERADORA DO DANO DE ACORDO COM O NEXO CAUSAL	461
DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE E A RESPONSABILIDADE CIVIL ESTATAL	465
CONSIDERAÇÕES FINAIS	470
REFERENCIAS	473
PRIVATIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS REFORMAS NO ESTADO PROVIDOR OCORRIDAS AO LONGO DO SÉCULO XX (Antônio Carlos Diniz Murta e Fernando Bretas Vieira Porto)	476
INTRODUÇÃO	478
CRISE E REFORMA NO ESTADO: PRIVATIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	479
FENÔMENO MUNDIAL: ALIENAÇÃO ESTATAL	484
ENFOQUE POLITICO E ECONÔMICO DO EFEITO DA PRIVATIZAÇÃO	489
CONSIDERAÇÕES FINAIS	496

REFERÊNCIAS	497
REDES DE DORMIR: A DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba e Maria Lírida Calou de Araújo e Mendonça)	500
INTRODUÇÃO	501
AS REDES DE DORMIR E SUA IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO CULTURAL DO BRASIL	503
A ATUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL: UMA ATUAÇÃO COORDENADA DOS ENTES POLÍTICOS PARA DESTACAR AS REDES DE DORMIR COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL BRASILEIRO	509
CONSIDERAÇÕES FINAIS	513
REFERÊNCIAS	514
SEGURANÇA JURÍDICA NO DIREITO ADMINISTRATIVO: EXPECTATIVA DE DIREITO, PROTEÇÃO DA CONFIANÇA E DIREITO ADQUIRIDO. O CASO DA LEI Nº 12.772/2012 (PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DO MAGISTÉRIO FEDERAL) E DA NOTA TÉCNICA Nº 1/2013 (Fábio Corrêa Souza de Oliveira e Larissa Pinha de Oliveira)	515
INTRODUÇÃO	516
EXPLICAÇÃO CONCEITUAL: A SEGURANÇA JURÍDICA ENTRE A EXPECTATIVA DE DIREITO E O DIREITO ADQUIRIDO	519
A REGÊNCIA DA LEI Nº 12.772/2012 E DA NOTA TÉCNICA Nº 1/2013 NA SEARA DOS CONCURSOS PÚBLICOS PARA O MAGISTÉRIO UNIVERSITÁRIO	525
APRECIÇÃO DA CONSTITUCIONALIDADE E DA LEGALIDADE DAS HIPÓTESES	527
CONSIDERAÇÕES FINAIS	532
REFERÊNCIAS	533
TERRITÓRIO, POBREZA E DIREITO AGROALIMENTAR – UMA ABORDAGEM DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL (Maria Goretti Dal Bosco)	535
INTRODUÇÃO	536
USO DO TERRITÓRIO E POBREZA	538
DIREITO AGROALIMENTAR, REFORMA AGRÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	543
CONCLUSÃO	550
REFERÊNCIAS	552
USUCAPIÃO DE BENS PÚBLICOS (Amanda Parreira e Luciana Gaspar Melquíades Duarte)	555
INTRODUÇÃO	555
PROPRIEDADE, FUNÇÃO SOCIAL E BENS PÚBLICOS	557
A USUCAPIÃO E SUAS MODALIDADES	561
A IMPROPRIEDADE DO PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESE PÚBLICO SOBRE O PRIVADO ...	563

Gracias por visitar este Libro Electrónico

Puedes leer la versión completa de este libro electrónico en diferentes formatos:

- HTML(Gratis / Disponible a todos los usuarios)
- PDF / TXT(Disponible a miembros V.I.P. Los miembros con una membresía básica pueden acceder hasta 5 libros electrónicos en formato PDF/TXT durante el mes.)
- Epub y Mobipocket (Exclusivos para miembros V.I.P.)

Para descargar este libro completo, tan solo seleccione el formato deseado, abajo:

